

Montoro será candidato até no parlamentarismo

Araújo Netto

Correspondente

ROMA — O ex-governador de São Paulo e um dos fundadores do PMDB, Franco Montoro, disse que aceita disputar a Presidência do Brasil dentro das regras do sistema parlamentarista.

Acompanhado da mulher, D. Lucy, Montoro fez essas declarações aos correspondentes dos principais jornais brasileiros. Ele veio a Roma para participar de uma reunião da Democracia Cristã e fará, hoje e amanhã, duas conferências sobre a dívida externa do Brasil e da América Latina.

Montoro negou que seu desejo de presidir uma república parlamentarista no Brasil seja um modo de distinguir-se dos outros pretendentes — todos presidencialistas

Opção — Cheguei a essa opção depois de um esforço de análise e reflexão sobre a longa experiência presidencialista que fizemos no Brasil. Convenci-me de que o parlamentarismo é o melhor regime para o nosso país. Até aqui, no Brasil e em todos os países que têm adotado, o presidencialismo afirmou-se e confirmou-se um regime de pessoas, ao contrário do parlamentarismo que, em todo o mundo, demonstrou ser fundamentalmente um regime de programas,” explicou.

Ele está convencido de que, num regime parlamentarista, muitos dos graves erros e distorções cometidos pelos governos das últimas décadas — sobretudo em nome do desenvolvimento econômico — teriam sido evitados. “Certamente o parlamentarismo teria impedido que nos envolvêssemos e endividássemos com

projetos faraônicos, como os da transamazônica, das usinas Nucleares ou mesmo como o da ferrovia Norte-Sul.”

A experiência administrativa, como governador de São Paulo, reforçou a convicção parlamentarista de Montoro. “Mais do que nunca, o governo das sociedades modernas tem que ser descentralizado para ganhar eficácia. Em São Paulo, como governador, tentei e penso que consegui, dividindo em áreas e grupos os diversos problemas e secretarias do governo, salvar-me dos perigos de atrofia criados pelos governos centralizados. O parlamentarismo apoia-se substancialmente nesse princípio de descentralização, não admite a centralização e o exercício do poder nas mãos de um homem só, por mais carismático e preparado que ele seja.”

Com Tancredo — O ex-governador de São Paulo não esquece também a experiência de um ano — 1961 a 1962 — como ministro do Trabalho do governo parlamentarista de Tancredo Neves. “Essa experiência parlamentarista, breve e acidentada como foi, ensinou-me demais as vantagens do parlamentarismo. Em um ano, como ministro do Trabalho de um governo parlamentarista, pude fazer o que em 17 anos todos os ministros de vários governos presidencialistas não tiveram condições de realizar: concretizar duas recomendações da Constituição de 46: a do pagamento do salário-família e a da instituição do sindicato rural.”

Quando voltar ao Brasil, no final de dezembro, Franco Montoro vai alinhar-se na primeira fila dos defensores da emenda parlamentarista.